CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Pça. da República, 53 - FONE: 255-2044 - CEP 01045-903
Fax N° 231-1518

Deliberação CEE N° 05/95

Dispõe sobre a autorização de funcionamento e a supervisão de ensino supletivo a distância.

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 16 da Lei Federal n° 4.024/61, nos artigos 24, 25, 28 e 42 da Lei Federal n° 5.692/71, no artigo 2a da Lei Estadual n° 10.403/71, no artigo 33 da Deliberação CEE n° 26/86, e à vista da Indicação CEE n° 03/95,

DELIBERA:

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1° -A autorização de funcionamento e a supervisão de ensino supletivo a distancia nas funções de suplência de 1° e 2° graus, de qualificação profissional, de aprendizagem e de suprimento-mantido por instituições de ensino públicas e particulares, serão reguladas por esta Deliberação.

Parágrafo Único - A autorização de funcionamento poderá ser solicitada por instituição que já ministre ensino de 1º ou 2º graus ou por instituição que pretenda iniciar atividades educacionais com projeto de ensino a distância devidamente autorizado e supervisionado.

Art. 2º - A autorização de funcionamento do ensino a que se refere o artigo 1º desta Deliberação será atribuição dos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo Único - As instituições de ensino municipais e as criadas por leis específicas, encaminharão seus pedidos ao Conselho Estadual de Educação para fins de autorização de funcionamento.

DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 3º - A autorização de funcionamento será solicitada previamente pela instituição ao órgão competente da Secretaria de Estado da Educação ou ao Conselho Estadual de Educação, conforme o caso, não podendo haver o início das atividades antes da concessão da autorização.

Parágrafo Único - A inobservância do procedimento definido neste artigo implicará na imediata suspensão do exame do processo de autorização de funcionamento.

Art. 4º - O pedido de autorização de funcionamento do projeto educacional será acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Regimento da instituição que contenha, no mínimo:
- a) objetivos do projeto educacional;
 - b) organização administrativa da instituição, estabelecendo com clareza os diferentes níveis de decisão no desenvolvimento do Plano Educacional;

- c) organização da documentação educacional, de modo a permitir o conhecimento da identidade e da escolaridade de cada aluno e a verificação da qualificação profissional do pessoal docente, técnico e administrativo;
- d) organização didática, contendo a estrutura pedagógica do curso;
- e) requisitos para matrícula inicial ou para transferência, especificando período e condições;
- f) sistema de acompanhamento, avaliação da aprendizagem, promoção e recuperação;
- g) condições para emissão de certificados e diplomas, atendidos os dispositivos legais pertinentes;
- h) direitos e deveres dos participantes do processo educativo, incluindo os referentes à assistência ao educando;
- i) especificação dos aspectos contratuais referentes a pagamentos pelos serviços prestados, pelo material que venha a ser fornecido e pela certificação.

II - Plano Educacional do curso que contenha, no mínimo:

- a) justificativa e necessidade social;
- b) objetivos específicos;
- c) requisitos para matrícula;
- d) organização curricular, metodologia, recursos didáticos e meios utilizados;
- e) especificação do sistema operacional;
- f) descrição do sistema de acompanhamento, controle e avaliação do processo educacional;
- g) seqüência das atividades educacionais, incluindo avaliação e processo de recuperação.

III- Relatório que contenha, no mínimo:

- a) prova de habilitação e qualificação profissional do pessoal técnico e administrativo, inclusive dos elaboradores dos recursos didáticos e dos instrumentos de avaliação da aprendizagem;
- b) prova de condições legais de ocupação do prédio sede da instituição promotora do curso e dos locais propostos para atendimento dos alunos;
- c) prova de atendimento das exigências da legislação municipal relativa aos imóveis a que se refere a alínea anterior;
- d) descrição dos recursos didáticos, das dependências, das instalações, dos equipamentos e dos demais meios previstos para a implantação do Plano Educacional;
- e) prova da natureza e da regularidade jurídica da instituição mantenedora, ou da identidade pessoal do mantenedor individual, acompanhada do documento comprobatório de sua regularidade fiscal e parafiscal;
- f) termo de responsabilidade da instituição mantenedora ou mantenedor individual, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, referente às condições de segurança e higiene, e capacidade financeira para manutenção do projeto educacional.

§ 1º - As instituições que já têm autorização de funcionamento no mesmo prédio e que estejam atuando regularmente no ensino de 1º e 2º graus, ficam dispensadas das exigências contidas nas alíneas "b", "c", "e" e "f" do inciso III deste artigo.

§ 2º - No que se refere ao Inciso III deste artigo, as instituições municipais e as criadas por leis específicas que tenham, por delegação, supervisão própria, atenderão suas exigências por meio de relatório de seu órgão supervisor encaminhado ao Conselho Estadual de Educação.

§ 3º - As instituições municipais e as criadas por leis específicas, sem supervisão própria, atenderão às mesmas exigências do parágrafo anterior, encaminhando relatório ao Conselho Estadual de Educação acompanhado de parecer do respectivo órgão supervisor da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5o - O funcionamento de atividades da mesma instituição, em locais diversos da sede autorizada e dos locais propostos no Relatório, deverá ser previamente homologado pelo órgão supervisor competente.

Parágrafo Único - Fica vedada a instalação e o funcionamento, neste Estado, de projeto educacional de ensino a distância com base em autorização de outros Conselhos de Educação ou de órgãos de sistema de ensino de outras Unidades da Federação, somente podendo funcionar regularmente no Estado de São Paulo após a devida autorização pelo órgão próprio deste Estado, nos termos desta Deliberação.

DA SUPERVISÃO

Art. 6º - Todas as instituições e projetos educacionais a que se refere esta Deliberação serão acompanhados, orientados e supervisionados pelos órgãos competentes do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

§ 1º - O acompanhamento, a orientação e a supervisão deverão ser compatíveis com as especificidades desta modalidade de ensino.

§ 2º - Ocorrendo irregularidade, o órgão competente determinará a realização de diligência, sindicância, correição e, se for o caso, de processo administrativo de cassação da autorização de funcionamento, de acordo com as normas em vigor.

§ 3º - No caso de irregularidade grave, com base em relatório circunstanciado de Comissão de Supervisores, o titular do competente órgão supervisor poderá determinar a suspensão temporária das atividades da instituição autorizada, até que seja concluído o devido processo administrativo.

Art. 7º - Até 30 de abril de cada ano, o competente órgão supervisor encaminhará ao Conselho Estadual de Educação relatório sobre os projetos educacionais autorizados, e em funcionamento na sua jurisdição, contendo dados de avaliação de qualidade dos

processos pedagógicos e administrativos e dos resultados obtidos no ano anterior.

DA AVALIAÇÃO E DA CERTIFICAÇÃO

Art. 8º - A avaliação do rendimento educacional será de responsabilidade da instituição autorizada, sob efetiva supervisão do órgão competente, tanto nas avaliações parciais, quando houver, quanto nas finais, de conclusão de série, grau, curso ou habilitação profissional.

§ 1º - As avaliações conducentes à certificação que dê direito a prosseguimento de estudos ou a exercício profissional, serão realizadas com a presença do aluno, munido dos documentos de identificação pessoal e do curso, em local, dia e hora predeterminados.

§ 2º - Os instrumentos de todas as avaliações utilizadas permanecerão arquivados pela instituição autorizada, pelo prazo mínimo de cinco anos, à disposição do competente órgão supervisor.

Art. 9º - A Secretaria de Estado da Educação poderá promover, em escolas de sua rede, a realização das avaliações referidas no artigo 8º, para qualquer pessoa interessada.

Art. 10º - As instituições autorizadas ou as escolas públicas estaduais emitirão os certificados de conclusão de série, grau, curso ou habilitação profissional aos alunos por elas avaliados e aprovados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 11 - As experiências pedagógicas de ensino a distância, autorizadas e em andamento, deverão adaptar-se às normas desta Deliberação, encaminhando a documentação requerida ao competente órgão supervisor, no prazo de 90 (noventa) dias.
- Art.12 - Aplicam-se, no que couber, as demais normas educacionais em vigor, especialmente as contidas nas Deliberações CEE n°s 23/83, 15/85 e 26/86.
- Art. 13 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua homologação, revogando-se as disposições em contrário.

Deliberação do Plenário

O Conselho Estadual de Educação aprova, por maioria, a presente Deliberação.

Os Conselheiros Roberto Moreira, João Gualberto de Carvalho Meneses e Eliana Asche votaram contrariamente, sendo que o primeiro apresentou Declaração de Voto subscrita pelos outros dois.

A Conselheira Francês Guiomar Rava Alves votou contrariamente nos termos de sua declaração de voto.

O Conselheiro José Mário Pires Azanha votou favoravelmente com restrições a redação.

Sala Carlos Pasquale, em 14 de junho de
1995.

a) Cons. Nacim Walter Chieco
Presidente

INDICAÇÃO E DELIBERAÇÃO: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DECLARAÇÕES DE VOTO

Voto contra a Deliberação por entender que a avaliação final do aproveitamento do aluno em série, grau, curso ou habilitação profissional deve ser da exclusiva competência do Poder Público Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 14 de junho de 1995

Roberto Moreira

Eliana Asche

João Gualberto de Carvalho Meneses

Encaminho meu voto contrário por sua essência, por temor ao "adestramento" e justifico: apostilas que, com certeza deverão ser utilizadas, estimulam baterias de testes e informações estereotipadas, roubando do jovem aquilo que está claro e que os adultos brasileiros não exercitam - a oportunidade de pensar, discutir, ponderar e concluir.

São Paulo, 14 de junho de 1995

Francês Guiomar Rava Alves